



SCPar Porto de Imbituba S.A.

CNPJ: 17.315.067/0001-18

NIRE: 42300038695

Data Nire: 18/12/2012



Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Imbituba/SC, 01 de Março de 2018



Conteúdo

Mensagem do Conselho de Administração

Relatório da Administração

Parecer do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas as Demonstrações



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gabriel Ribeiro Vieira - Presidente
Alaor Francisco Tissot - Membro
Gerson Luiz Schwerdt - Membro
José Roberto Martins - Membro
Mariana Pescatori Candido da Silva - Membro
Sergio Luiz Gargioni - Membro
Valdomiro Ribeiro da Silva Neto - Membro

CONSELHO FISCAL

Santos Pacheco Alves - Presidente
Juarez Rogerio Furtado - Membro
Valdenir Kruger - Membro

DIRETORIA

Luis Rogério Pupo Gonçalves - Diretor Presidente
Márcio de Sousa Rosa - Diretor Jurídico
Marcelo Vargas Schlichting - Diretor Administrativo

Elivelton Luiz Doré - Contador CRCSC: 37.889/O-0



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Mensagem do Conselho de Administração

No ano de 2017, a SCPar Porto de Imbituba enfrentou desafios adicionais à aqueles da crise econômica que assolou o país, notadamente a recessão de 2015 e 2016. A redução das receitas, ainda que temporária, do arrendamento contratual mínimo do terminal de contêineres da Santos Brasil da ordem de 65% impactou significativamente nos valores arrecadados na prestação de serviços. Arrendamento este que continua sob apreciação da Secretaria Nacional dos Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq que julgam pedido de reequilíbrio feito pela Santos Brasil.

Devemos ficar atentos ao desdobramento deste processo e preparados para as suas consequências. O esforço conjunto da SCPar Porto de Imbituba, de seus operadores e arrendatários, manteve o volume de cargas movimentadas estabilizada, com uma queda de menos de 7% na tonelage total, esforço comercial que foi contemplado pela consolidação da linha da Ásia (longo curso contêiner) a partir do mês de setembro que traz uma nova e promissora opção para os empresários de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A movimentação de contêineres deverá ser ainda mais importante em 2018 e novas linhas de longo curso poderão ser adicionadas. Melhorias na sinalização náutica e na dragagem de manutenção, na iluminação dos cais 1, 2 e 3 na ampliação das portarias de acesso, na instalação dos novos geradores que proporcionarão uma operação portuária mais segura e eficiente. Dois fatos merecem destaque: a construção de novos armazéns com equipamentos modernos e a aquisição de guindastes para carga/descarga de navios, que demonstram a confiança dos investidores no crescimento do Porto de Imbituba. Há de se ressaltar ainda a conclusão da revitalização do acesso norte de Imbituba, que liga a BR-101 ao Porto que proporciona maior segurança aos usuários da rodovia diminuindo o conflito Porto/Cidade e a conclusão da BR-285, que ligará a Argentina e o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul ao litoral sul catarinense com uma produção anual de 5 milhões de toneladas de grãos e carga frigorificada poderá ser uma ótima alternativa para o incremento da movimentação de carga no Porto de Imbituba. Parabéns à Diretoria Executiva pelos resultados alcançados em 2017, consolidando e honrando o compromisso do Acionista, com seus colaboradores e com a sociedade catarinense de promover o crescimento econômico da região sul e consequentemente a melhoria nas oportunidades de geração de emprego e qualidade de vida do povo de nosso Estado.

Em nome do conselho agradeço a todos pelo apoio, solidariedade e esforço na obtenção dos resultados apresentados neste relatório.

Gabriel Ribeiro Vieira
Presidente do Conselho de Administração
Presidente da SC Participações e Parcerias S.A.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

I – Apresentação

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à apreciação dos senhores o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

II – Mensagem da Administração

No dia 26 de dezembro de 2017, a SCPAR Porto de Imbituba completou seu quinto ano de atividades. Nessa primeira meia década exercendo a autoridade portuária, os resultados consolidados são extremamente animadores: o Porto aumentou substancialmente a movimentação, diversificou seu portfólio de clientes, investiu forte em melhorias de infraestrutura, contratou novos e qualificados colaboradores, apoiou projetos sociais, conquistou reconhecimentos por sua atuação socioambiental e expandiu-se economicamente, fortalecendo-se como importante ferramenta de desenvolvimento regional, em especial do sul de Santa Catarina. Além da capacidade multipropósito, que confere maior estabilidade à movimentação, a qualificação da gestão e infraestruturas terrestre e marítima também podem ser destacadas como pontos fundamentais da alavancagem do Porto de Imbituba nos últimos anos. As melhorias nas vias e procedimentos de acesso internos, além, claro, da capacidade de acesso marítimo, possível graças à conclusão da dragagem de aprofundamento, permitiram colocar o Porto de Imbituba em posição estratégica no setor portuário. Os resultados positivos conquistados ano a ano têm gerado um clima de confiança junto à comunidade portuária que se reflete no remodelamento da retroárea, com a construção de novos armazéns equipados com maquinário de última geração e a aquisição de guindastes para movimentação de cargas. No campo social, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. tem atuado através do Projeto Carga Preciosa, que é viabilizado por meio de legislação municipal e federal de incentivo fiscal, uma vez que, por lei, os recursos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. só podem ser reinvestidos em melhorias e desenvolvimento da atividade portuária, durante o ano de 2017 houve o repasse de aproximadamente meio milhão de reais para cerca de cinquenta ações com foco na promoção da cultura e esporte. Destaca-se ainda a gestão ambiental realizada pela Autoridade Portuária. Entre os procedimentos que integram o Plano de Controle Ambiental da SCPAR Porto de Imbituba estão dezoito programas de monitoramento, entre eles o Programa de Pesquisa e Monitoramento das Baleias Francas, vencedor de três prêmios ambientais. As perspectivas para os próximos cinco anos são promissoras. Continuamos a seguir o processo instituído em nosso planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável, em que o foco é crescer com qualidade. Aliado à consolidação do desenvolvimento de todo o Sul de Santa Catarina, nos posicionamos no mercado da navegação como um porto capaz de atender as demandas e atrair novas cargas e novas linhas, solidificando ainda mais o que até aqui foi conquistado.

III – Desempenho Operacional

No ano de 2017, houve uma pequena redução na movimentação de cargas no Porto de Imbituba em cerca de 6% (Seis por cento), se comparado ao ano imediatamente anterior. Tal redução fica demonstrada principalmente na movimentação de grãos agrícolas, que foi



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

abaixo do previsto para o ano por fatores competitivos de mercado, entretanto, o Porto de Imbituba continua com sua missão de consolidação de* suas cargas.

a) Movimentação Registrada (Em toneladas)

Após a homologação da nova profundidade, Imbituba passou a ser o porto com maior profundidade no sul do país, possibilitando a recepção de navios com capacidade de transportar até 9.000 TEUs ou 80.000 toneladas de grãos. Ao longo do ano de 2017 foram recepcionados 250 navios, sendo que o porto está atendendo atualmente navios com maior capacidade de armazenamento e de transporte de cargas. A média de cargas transportadas por navio em 2017 foi de 17,9 mil toneladas. O gráfico a seguir representa o significativo aumento na movimentação de cargas após o início da administração do Porto pelo Estado de Santa Catarina, representando um crescimento de aproximadamente 68 % em relação ao primeiro ano de administração.

Movimentação Total

Carga	2013	2014	2015	2016	2017
Total Movimentado	2.492.026	3.364.439	3.391.084	4.803.186	4.486.425
Navios Atendidos	233	255	230	255	250
Média Movimentada	10.695	13.193	14.743	18.836	17.945

Anunciada em 23 de junho de 2017, a nova linha de Longo Curso para Ásia foi um dos grandes, se não o principal acontecimento do Porto de Imbituba em 2017. Considerada uma conquista da comunidade portuária de Imbituba, a chegada do serviço de longo curso abriu uma nova fase para a economia regional, colocando Imbituba na rota dos grandes mercados produtores e consumidores. Contribuíram para a escolha por Imbituba as condições tarifárias e técnicas da instalação. Com a infraestrutura atual, o Porto de Imbituba é capaz de movimentar até 500 mil TEU (unidade correspondente a um contêiner de 20 pés) por ano, contexto extremamente positivo para a continuidade do serviço e o crescimento do terminal. Cumprindo a meta de um serviço por semana, em apenas quatro meses de operação, a Linha Ásia representou 18% da movimentação de contêineres no Porto de Imbituba. Entre as principais cargas exportadas pela linha de longo curso estão os couros e peles, a carne de frango e o polietileno. Na importação, os medicamentos, as resinas amínicas e o polipropileno ficaram à frente. Aliado ao expressivo crescimento da cabotagem, o novo serviço de longo curso proporcionou a alta de 91 % na movimentação de contêineres em 2017. A movimentação em contêineres no ano de 2017 é a maior da história do Porto de Imbituba, alcançando aproximadamente 50 Mil TEUS e 73 navios atendidos durante este ano, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Movimentação em Contêineres

Carga	2013	2014	2015	2016	2017
Movimentação (TEUS)	13.887	41.617	30.612	25.802	49.290
Navios Atendidos	70	99	76	53	73
Média por Navio (TEUS)	198	420	402	486	675



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

As principais cargas movimentadas no Porto de Imbituba são os grãos, em sua maior parte de origem agrícola, como milho e soja, e também os grãos minerais, como o coque calcinado e não calcinado. Dentre as cargas movimentadas, merece destaque o aumento significativo da movimentação de contêineres no ano de 2017, decorrente da nova linha de longo curso que passou a operar a partir de 05 de Setembro de 2017, realizando a rota asiática.

Demonstra-se ainda uma consolidação no mercado de grãos mineiros, em especial ao coque calcinado e não calcinado, o qual manteve sua média anual de movimentação.

Cargas Movimentadas (Em Toneladas)

Carga	2015	2016	2017	Varição %
Grãos Agrícolas	852.627	2.308.852	1.630.210	(29,39 %)
Grãos Minerais	1.397.148	1.317.372	1.384.715	5,11 %
Demais Grãos	410.946	654.519	806.779	23,26 %
Carga Geral	199.830	113.219	10.353	(90,85 %)
Contêiner	530.533	409.224	654.368	59,90 %
TOTAL	3.391.084	4.803.186	4.486.425	(6,59 %)

III – Desempenho Econômico-Financeiro

No decorrer do ano de 2017, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. apurou um lucro líquido equivalente a R\$ 10.654.872,47, valor este pouco superior a metade do registrado no ano imediatamente anterior, tal fato leva em consideração a significativa redução dos valores atualmente recebidos a título de Arrendamento Contratual Mínimo em virtude de acordo para postergação de pagamento junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil sob nº processo 00045.002955/2016-51, solicitando recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba. Importante destacar que o lucro líquido no ano de 2017 representa 23,75% da receita líquida registrada, já no ano de 2016 representava 34,28%. O EBITDA representou a fatia de 30,21 % da receita líquida do ano de 2017, inferior portanto, ao percentual registrado no ano anterior que era de 46,08%.

	Exercício 2016	Exercício 2017	Varição %
Lucro do Período	20.593.425,70	10.654.872,47	(48,26 %)
IRPJ e CSLL	10.616.209,09	5.417.388,90	
Resultado Financeiro	(3.887.691,83)	(3.434.235,02)	
Outros Resultados	3.843,62	176.824,53	
EBIT	27.325.786,58	12.814.850,88	(53,10 %)
Depreciação e Amortização	360.241,94	739.479,97	
EBITDA	27.686.028,52	13.554.330,85	(51,04 %)

As receitas brutas totais reduziram em 25,53% em comparação ao ano imediatamente anterior. Destaca-se principalmente o aumento de Arrendamento Variável em 39,38% e a redução considerável nas receitas com Arrendamento Contratual Mínimo, com uma queda de 64,25%, como demonstra-se segregado a seguir, as receitas detalhadas da autoridade portuária.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

Quadro de evolução das receitas

Receita	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017	Variação %
Serviços de Armazenagem	1.222.157,79	2.319.861,17	2.140.863,79	(7,72)%
Infraestrutura Marítima I	6.238.615,79	9.556.240,19	8.334.391,05	(12,79)%
Infraestrutura Marítima II	2.431.960,26	6.330.073,09	6.282.359,84	(0,75)%
Infraestrutura Terrestre	4.943.203,18	9.604.491,42	7.024.812,49	(26,86)%
Arrendamento Fixo	2.774.204,88	5.149.010,25	5.889.144,92	14,37%
Arrendamento Variável	10.533.749,60	7.996.289,05	11.144.985,05	39,38%
Arrendamento Contratual Mínimo	24.621.809,91	26.228.771,57	9.375.784,53	(64,25)%
Operação Portuária	817.219,95	0,00	0,00	0,00 %
Taxas Convencionais	536.246,25	1.325.419,93	1.318.258,00	(0,54)%
Serviços de Fornecimento	1.690.054,21	1.548.135,12	799.086,11	(48,38)%
TOTAL	55.809.221,82	70.058.291,79	52.309.685,78	(25,33)%

IV – Infraestrutura Portuária

Abaixo destaca-se pontualmente os principais investimentos ocorridos ou concluídos no decorrer do ano de 2017, são eles:

a) Terminal de Grãos Líquidos - O referido terminal recebeu uma série de melhorias no decorrer do ano de 2017, como: a aplicação de pintura e revestimentos anticorrosivos em pisos, muros e escadas; o remodelamento das instalações hidráulicas, elétricas e de drenagem; a cobertura de pavimento rígido de concreto sob a plataforma de carregamento; e as novas escadas e guarda-corpos em perfis pultrudados, material plástico de última geração.

b) Manutenção das Vias Internas - Foi concluída em 2017 as duas primeiras etapas da restauração do pavimento interno do Porto de Imbituba. O projeto prevê a manutenção de 20 mil m² de vias, agilizando a entrada e saída de trabalhadores, facilitando o tráfego de veículos pesados e promovendo ainda mais segurança aos usuários do Porto. Ao todo, 11 mil m² de estradas de acesso interno receberam melhorias no último ano, o que incluiu a revitalização da Via Principal 02, que dá acesso da Portaria 2 às balanças e área do Cais 3. A conclusão do projeto está programada para abril de 2018.

c) Recuperação Rodoviária - Uma das grandes conquistas para a interação Porto-Cidade foi a reabertura do Novo Acesso Norte, que liga a BR-101 ao Porto, totalmente recuperado. A obra foi viabilizada por meio de convênio firmado entre a SC Participações e Parcerias S.A., o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Imbituba. A revitalização em concreto rígido (*whitetopping*) reduz os custos com manutenção, amplia a vida útil e a capacidade de carga do pavimento e separa o trânsito portuário do local.

d) Iluminação dos Cais 1, 2 e 3 - O sistema de iluminação de toda a área de cais do Porto de Imbituba foi reformulado e ampliado no ano de 2017. Ao todo, 226 refletores com a tecnologia LED (cuja vida útil é estimada em 23 anos) foram instalados em 22 torres metálicas, projetadas para suportar rajadas de vento de até 200 km/h. O objetivo é alcançar as melhores condições possíveis de segurança e saúde aos trabalhadores portuários e se adequar aos níveis de iluminação previstos na NR-29 e NR-17. Apesar de o Ministério do Trabalho exigir um fluxo luminoso mínimo de 50 lux para atividades portuárias, adotou-se a referência mínima de 100 lux para melhor suprir os serviços noturnos dos três cais.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

e) Ampliação e Reforma de Gates - Utilizadas para acessar a área alfandegada do Porto de Imbituba, as Portarias 2 e 3 tiveram suas estruturas revitalizadas e ampliadas durante 2017. No início do ano, a Portaria 2 passou a operar com três gates (portões) reversíveis, em um prédio remodelado, com nova sala de acesso, copa, banheiros e pavimentação. Em dezembro, foi a vez da entrega da Portaria 3. Entre as melhorias, a reforma incluiu o aumento das guaritas de entrada e saída, uma nova cobertura metálica, instalação de detectores de metal, além da construção de uma sala de Central de Processamento de Dados (CPD).

f) Novos Geradores - Com o objetivo de aumentar a segurança da rede elétrica do Porto de Imbituba, foi concretizado em 2017 o projeto de instalação de oito geradores de energia. Sete equipamentos já estão instalados e são capazes de atender todas as áreas vitais para o funcionamento do Porto: portarias, cais, vias, balanças, subestações e torre de controle. Também foi adquirido um gerador móvel para suprir eventuais serviços em obras. Para finalizar o projeto, resta o gerador destinado a abastecer os prédios administrativos. A máquina, já alocada, aguarda a construção de uma nova subestação de energia, cujo término está previsto para o primeiro semestre de 2018.

V – Desempenho Ambiental

Comprometida com o crescimento sustentável do Porto de Imbituba, em 2017 a Autoridade Portuária manteve e ampliou uma série de ações que buscam a preservação do meio ambiente, a informação e a educação ambiental da comunidade. Este desenvolvimento esteve guiado pelo Plano de Controle Ambiental (PCA), coordenado pelo Setor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da SCPAR Porto de Imbituba. Entre as atividades realizadas no último ano, ressaltam-se a campanha Porto sem Dengue, os informativos Minuto Ambiental, o minicurso Bichos da Zimba, além de 19 programas de monitoramento ambiental, entre eles o Programa de Pesquisa e Monitoramento das Baleias Francas, vencedor do prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC 2017, na categoria Preservação Ambiental. Entre as medidas e os procedimentos de gestão realizados destaca-se: a) Monitoramento de qualidade das águas, b) Monitoramento das Condições Hidrodinâmicas, c) Programa de Educação Ambiental, d) Programa de gerenciamento de resíduos, e) Programa de gerenciamento de riscos ambientais, f) Programa de controle de águas de lastro, g) Monitoramento da Dragagem de Manutenção, h) Monitoramento da qualidade de sedimentos, i) Prevenção da Fauna Sintrópica, j) Monitoramento da Biota Aquática Marinha, k) Monitoramento da Pesca Artesanal, dentre outros programas socioambientais. O programa de pesquisa e monitoramento das baleias francas no Porto de Imbituba, realizado anualmente, com intuito de ampliar o conhecimento e a preservação da espécie conquistou o maior prêmio ambiental do Sul do Brasil: Prêmio expressão de ecologia, na categoria Conservação da Vida Silvestre. A finalidade do projeto é de preservar o habitat natural deste animal, espécie migratória que utiliza a costa catarinense para acasalar, procriar e amamentar seus filhotes. A atuação socioambiental do Porto de Imbituba foi também reconhecida em 2016 com as premiações do Troféu Onda Verde, do Prêmio Expressão de Ecologia e o Prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC, na categoria Preservação Ambiental.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

VI – Desempenho Social

Além de um polo de apoio logístico ao mercado econômico do Sul do Brasil, o Porto de Imbituba se consolida como um importante agente do desenvolvimento social de Imbituba e região. Em 2017 o Porto apoiou projetos de incentivo à cultura, ao esporte, à educação, à saúde e ao meio ambiente. Essa atuação social é possível graças às iniciativas da própria Administração Portuária, promovidas dentro e fora do Porto, como também por meio de patrocínios a projetos culturais, via legislação municipal e federal de incentivo fiscal.

O investimento contínuo e crescente na relação Porto/Cidade, uma preocupação que vai além de sua atividade fim, também garantiu ao Porto de Imbituba o Certificado de Responsabilidade Social 2017, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). A Certificação é entregue anualmente a instituições que incluem a responsabilidade socioambiental em suas políticas de gestão, promovendo o bem-estar da comunidade onde atuam e a preservação do meio ambiente. Para o ano de 2018, a perspectiva da administração do Porto de Imbituba é continuar apoiando os projetos sociais, proporcionando à comunidade mais qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento.

VII – Perspectivas

Após um ano extremamente desafiador, marcado por um contexto político e econômico instável, e um ambiente logístico altamente competitivo, as perspectivas do Porto de Imbituba para 2018 são promissoras. Com a previsão do mercado de estabilização da economia nacional e de novos recordes na produção de grãos, o Porto deve voltar alcançar o patamar histórico de 2016, operando 4,8 milhões de toneladas anuais. O volume representa um crescimento de 7% em relação a 2017.

Contribuirá para a retomada da movimentação a consolidação da linha Ásia; o aumento na eficiência operacional, com as melhorias de infraestrutura concretizadas em 2017; além da capacidade de acesso marítimo, com profundidade diferenciada, e de armazenagem estática da retroárea, que alcança 500.000 toneladas.

Atendendo o propósito de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, os maiores desafios para 2018 serão introduzir novas linhas que atendam a demanda da Região Sul do Brasil, bem como trazer novas cargas e estruturar o carregamento de grãos de forma competitiva.

A qualificação da infraestrutura marítima continua como um dos focos estratégicos do Porto de Imbituba, com melhorias na sinalização náutica e dragagem de manutenção do canal de acesso e da área de fundeio. Em relação aos investimentos, estão programadas a recuperação estrutural do cais 3; a construção do Data Center e da base operacional de apoio para a Polícia Militar; a readequação da drenagem pluvial dos cais 1, 2 e 3; a execução do projeto de combate a incêndio e a reforma de prédios administrativos.

Guiada por um planejamento estratégico que vem sendo posto em prática desde a assunção da administração portuária, a SCPar Porto de Imbituba ano a ano tem alcançado bons resultados e um ótimo desempenho como empresa pública, alavancando o desenvolvimento sustentável do Porto de Imbituba e de toda a região. Se confirmado o resultado previsto para 2018, o crescimento acumulado do Porto de Imbituba deve ultrapassar os 130% em seis anos de gestão estadual.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório da Administração

Simultaneamente, o objetivo é estreitar os laços da Relação Porto-Cidade, mantendo o apoio a iniciativas culturais e esportivas, por meio do Projeto Carga Preciosa, recebendo a comunidade em visitas técnicas e institucionais, através do Projeto Porto de Portas Abertas e promovendo ações que visam o engajamento, a informação e a conscientização da sociedade. A responsabilidade com o meio ambiente, enraizada nos Valores da SCPAR, também será uma constante em 2018, intensificando os programas de monitoramento, as atividades de educação ambiental e as medidas de prevenção aos possíveis impactos da atividade portuária. Afinal, essa é a missão do Porto de Imbituba, ser um Porto multipropósito, ambientalmente sustentável, reconhecido pela qualidade no atendimento aos usuários e eficiência na administração. 2018 está aí, mãos à obra!

Luis Rogério Pupo Gonçalves
Diretor Presidente

Marcelo Vargas Schlichting
Diretor

Márcio de Sousa Rosa
Diretor



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SCPar Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976, examinou o relatório anual de administração e as demonstrações financeiras dos exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, acompanhado de suas notas explicativas.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPar Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Imbituba/SC, 09 de Março de 2018

Santos Pacheco Alves
Presidente Conselho Fiscal

Juarez Furtado
Conselheiro Fiscal

César T. S. do Nascimento
Conselheiro Fiscal

Valdenir Kruger
Conselheiro Fiscal



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SCPar Porto de Imbituba S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPar Porto de Imbituba S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das Demonstrações Contábeis do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, com emissão de relatório datado de 13 de fevereiro de 2017, sem modificação.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório dos Auditores Independentes

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Relatório dos Auditores Independentes

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Imbituba/SC, 28 de Fevereiro de 2018

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Lourival Pereira Amorim
Auditor Independente
CRCSC 9.914/O-3



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Balanco Patrimonial
(Em Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	34.974.241	34.147.694
Contas a Receber	5	2.122.089	2.957.110
Tributos a Recuperar	6	748.031	282.268
Despesas Antecipadas	7	164.769	173.566
Estoques	8	19.153	20.211
Outros Créditos	9	61.984	56.220
Total dos Ativos Circulantes		38.090.267	37.637.069
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	132.325	416.966
Ativo Intangível	11	20.721.471	14.969.984
Total dos Ativos Não Circulantes		20.853.796	15.386.950
TOTAL DOS ATIVOS		58.944.063	53.024.019

PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	12	553.531	708.275
Obrigações Tributárias	13	623.934	593.200
Obrigações Trabalhistas	14	2.183.494	1.643.695
Outras Obrigações	15	181.286	183.547
Total do Passivo Circulante		3.542.245	3.128.717
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	50.000	50.000
Reserva para Destinação	17	2.663.718	5.148.356
Reserva Legal	18	10.000	10.000
Reserva de Lucros	18	52.678.100	44.686.946
Total do Patrimônio Líquido		55.401.818	49.895.302
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.944.063	53.024.019

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
<u>Receita Operacional Líquida</u>	<u>19</u>	<u>44.855.554</u>	<u>60.074.984</u>
Prestação de Serviços		52.309.686	70.058.292
(-) Impostos Sobre Serviços		(7.454.132)	(9.983.308)
<u>Custo dos Serviços Prestados</u>	<u>20</u>	<u>(20.871.748)</u>	<u>(22.366.438)</u>
Custo dos Serviços Portuários		(14.463.837)	(17.408.020)
Mão de Obra Direta e Encargos Sociais		(5.668.431)	(4.598.176)
Amortizações e Depreciações		(739.480)	(360.242)
<u>Lucro Bruto</u>		<u>23.983.806</u>	<u>37.708.546</u>
<u>Despesas</u>	<u>21</u>	<u>(11.345.780)</u>	<u>(10.386.603)</u>
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais		(7.116.842)	(6.202.938)
Despesas Gerais e Administrativas		(4.052.113)	(4.179.822)
Outras Despesas		(233.689)	(3.890)
Outras Receitas		56.864	47
<u>Resultado antes dos Resultados Financeiros</u>		<u>12.638.026</u>	<u>27.321.943</u>
Resultados Financeiros Líquidos	<u>22</u>	3.434.235	3.887.692
<u>Lucro Antes dos Impostos sobre o Lucro</u>		<u>16.072.261</u>	<u>31.209.635</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>23</u>	5.417.389	10.616.209
<u>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>		<u>10.654.872</u>	<u>20.593.426</u>



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em Reais)

	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
Lucro Líquido do Período	10.654.872	20.593.426
Resultado Abrangente do Exercício	10.654.872	20.593.426



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Reais)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas			Resultado do Período	Totais
		Reserva Destinação	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31.12.2015	50.000	8.845.556	10.000	29.241.573	-	38.147.129
Mutações 2016						
Lucro Líquido	-	-	-	-	20.593.426	20.593.425
Constituição de Reservas	-	5.148.356	-	15.445.070	(20.593.426)	-
Dividendos Propostos	-	(8.845.556)	-	-	-	(8.845.556)
Ajuste Ex. Anteriores	-	-	-	303	-	303
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2016	50.000	5.148.356	10.000	44.686.946	-	49.895.302
Mutações 2017						
Lucro Líquido	-	-	-	-	10.654.872	10.654.872
Constituição de Reservas	-	2.663.718	-	7.991.154	(10.654.872)	-
Dividendos Propostos	-	(5.148.356)	-	-	-	(5.148.356)
Ajuste Ex. Anteriores	-	-	-	-	-	-
Aumento Capital Social	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31.12.2017	50.000	2.663.718	10.000	52.678.100	-	55.401.818

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
<u>LUCRO LIQUIDO DO PERÍODO</u>	<u>10.654.872</u>	<u>20.593.426</u>
<u>AJUSTE PARA CONCILIAR O RESULTADO</u>	<u>739.480</u>	<u>360.545</u>
Depreciações e Amortizações	739.480	360.242
Outros Ajustes	-	303
<u>VARIAÇÕES OPERACIONAIS</u>		
Aumento/Redução em Contas a Receber	835.021	527.390
Aumento/Redução em Outros Créditos	(5.765)	36.482
Aumento/Redução em Tributos a Recuperar	(465.762)	(144.778)
Aumento/Redução em Estoques	1.058	(20.211)
Aumento/Redução em Despesas Antecipadas	8.797	15.815
Aumento/Redução em Depósitos Judiciais	284.641	(341.371)
Aumento/Redução em Fornecedores	(154.744)	(353.259)
Aumento/Redução em Obrigações Tributárias	30.734	(152.575)
Aumento/Redução em Obrigações Trabalhistas	539.799	504.806
Aumento/Redução em Outras Obrigações	(2.260)	(30.244)
<u>(FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS)</u>	<u>1.071.519</u>	<u>42.055</u>
<u>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Adições ao Ativo Intangível	(6.490.966)	(5.673.785)
<u>FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>	<u>(6.490.966)</u>	<u>(5.673.785)</u>
<u>FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Pagamento de Dividendos ao Acionista	(5.148.356)	(8.845.556)
<u>FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>	<u>(5.148.356)</u>	<u>(8.845.556)</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</u>	<u>34.147.693</u>	<u>27.671.009</u>
<i>Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	<i>826.548</i>	<i>6.476.684</i>
<u>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</u>	<u>34.974.241</u>	<u>34.147.693</u>



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Demonstração do Valor Adicionado
(Em Reais)

	<u>Ano 2017</u>	<u>Ano 2016</u>
RECEITA GERADA	52.309.686	70.058.292
Receita de Prestação de Serviços	52.309.686	70.058.292
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19.996.616	23.029.748
Serviços de Terceiros	13.088.878	17.365.996
Energia Elétrica Consumida	1.227.572	1.763.282
Outros Insumos	5.680.166	3.900.470
VALOR ADICIONADO BRUTO	32.313.070	47.028.544
Depreciação e Amortização	739.480	360.242
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	31.573.590	46.668.302
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	3.696.792	4.653.666
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	35.270.382	51.321.968
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	12.785.273	10.801.114
Remuneração Direta	10.900.216	9.415.146
Fundo de Garantia	552.351	350.537
Benefícios	1.322.706	1.035.431
Impostos, Taxas e Contribuições	11.813.400	19.490.040
Federais (Incluindo IOF)	9.197.914	15.987.125
Municipais	2.615.486	3.502.915
Estaduais	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	16.837	437.388
Despesas Financeiras	16.837	60.165
Outros	0	377.223
Remuneração do Capital Próprio	10.654.872	20.593.426
Dividendos Propostos	2.663.718	5.148.356
Lucros Retidos	7.991.154	15.445.070

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas, área portuária do município de Imbituba, no estado de Santa Catarina. O objeto social da empresa é a administração da infraestrutura portuária do porto organizado de Imbituba.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de Novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, sendo passível de prorrogação por igual período.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaborados em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e a de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A diretoria da companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 01 de Fevereiro de 2018.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da companhia. As demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas, excluindo-se os centavos, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostos nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da companhia nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações – Lei das Sociedades por Ações, juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a Receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a Pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo.



3.2 Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária.

O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de Dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de Setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de Dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio.

Os bens construídos e adquiridos pela companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público.

De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu.

Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa.

Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação:

- O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço;
- O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação.

A companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de Dezembro de 2011.

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais descritas abaixo:

Receitas Tarifárias e Não Tarifárias:

- a) Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba.
- b) Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- c) Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios.
- d) Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem.
- e) Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado.
- f) Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres.
- g) Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos "take-or-pay".
- h) Operação Portuária: receita devida pelos usuários em virtude de operações de movimentação de cargas realizadas.
- i) Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais.
- j) Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

Receitas Financeiras:

- a) Rendimentos de Aplicações: receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de renda fixa e variável.
- b) Juros e Multas Recebidas: receita obtida pela aplicação de juros e multas por atrasos na liquidação de títulos recebidos de clientes.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. A SCPar Porto de Imbituba S.A. realiza suas obras através de licitações públicas para execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução. Desta forma a companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade e não registra os valores correspondentes em suas demonstrações.

3.5 Impostos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício através do Lucro Real, sendo de 15% acrescida de 10% sobre o lucro contábil ajustado (Lalur) excedente a R\$ 240.000,00 para o imposto de renda e a 9% para a contribuição social.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A empresa elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A empresa elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 (Sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os caixas e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, sendo remunerado em média de 75% a 100% da variação da CDI.

Os valores estão representados a seguir:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Bens Numerários – Caixa	3.112,08	5.290,36
Depósitos Bancários	73.646,15	124.458,07
Aplicações Financeiras	34.897.482,67	34.017.944,81
***Total	34.974.240,90	34.147.693,24

5. Contas a Receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (Vinte e cinco) dias. A companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Clientes Nacionais	2.122.089,25	2.957.110,32
***Total	2.122.089,25	2.957.110,32

6. Tributos a Recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários oriundos de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de Lucro real em períodos anteriores, o qual já são objetos de pedidos de restituição.

Representa ainda, créditos de PIS e COFINS a serem compensados remanescentes de pedidos de restituição efetuados até a data de encerramento do exercício.

Os valores são apresentados pelo seu custo histórico, acrescidos de atualização pela Taxa Selic, quando aplicável.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
IRRF a Recuperar	225,00	225,00
COFINS a Recuperar	80.088,72	80.088,72
Imposto de Renda a Recuperar	483.849,89	154.931,99
Contribuição Social a Recuperar	135.930,93	23.649,92
Atualização Selic s/ Tributos Recuperar	47.935,97	23.372,49
***Total	748.030,51	282.268,12

7. Despesas Antecipadas

Apresenta os valores correspondentes a seguros contratados a serem apropriados em exercícios subsequentes. Os valores são apropriados no período compreendido do exercício do direito, sendo segregados conforme tabela abaixo:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de Seguro a Apropriar	164.768,77	173.566,22
***Total	164.768,77	173.566,22

8. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo, tais como: material de expediente, de limpeza e copa e cozinha, perfazendo uma quantia de R\$ 19.153,07 no término do ano calendário de 2017.

9. Outros Créditos

Registra quantias relativas a antecipações contratuais e adiantamentos realizados a fornecedores, bem como antecipações de férias e outros créditos junto a funcionários, conforme detalhado na tabela a seguir:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos Contratuais	50.878,72	31.513,52
Adiantamento a Funcionários	11.105,67	24.705,67
***Total	61.984,39	56.219,19

10. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Judiciais Antaq	50.000,00	50.000,00
Depósitos Judiciais Trabalhistas	40.542,21	33.778,49
Depósitos Recursais	41.783,04	95.540,82
Depósitos em Garantia	0,00	237.647,00
***Total	132.325,25	416.966,31



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

11. Ativo Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto a União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2.

As principais mutações e movimentações do Ativo Intangível da companhia estão descritas abaixo:

Movimentação do Ativo Intangível				
Intangível Bruto	Saldo 2016	Adições	Transferências	Saldo 2017
Infraestrutura Marítima	0	2.116.860	0	2.116.860
Infraestrutura de Acostagem	0	1.045.656	0	1.045.656
Infraestrutura Terrestre	0	9.057.615	0	9.057.615
Infraestrutura Armazenagem	0	1.465.152	0	1.465.152
Equipamentos Portuários	0	822.914	0	822.914
Administração	2.537.911	678.302	0	3.216.213
Obras em Andamento	2.154.040	4.947.112	2.909.637	4.191.515
Outros ativos Intangíveis	10.821.197	0	10.733.008	88.189
TOTAL	15.513.148	6.490.966	13.642.645	22.004.114

A movimentação das amortizações no período de 2017 estão compreendidas abaixo.

Movimentação da Amortização do Ativo Intangível				
(-) Amortização Acumulada	Saldo 2016	Amortização Ano	Baixas Estornos	Saldo 2017
Infraestrutura Marítima	0	132.203	0	132.203
Infraestrutura de Acostagem	0	130.993	0	130.993
Infraestrutura Terrestre	0	478.340	0	478.340
Infraestrutura Armazenagem	0	155.171	0	155.171
Equipamentos Portuários	11.341	26.015	0	37.356
Administração	206.595	125.120	0	331.715
Outros ativos Intangíveis	325.228	98.587	406.950	16.865
TOTAL	543.164	1.146.430	406.950	1.282.643

O demonstrativo líquido do ativo intangível, considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é descrita abaixo:

Ativo Intangível Líquido			
Intangível Líquido	Intangível	(-) Amortização	Intangível Líquido
Infraestrutura Marítima	2.116.860	132.203	1.984.657
Infraestrutura de Acostagem	1.045.656	130.993	914.663
Infraestrutura Terrestre	9.057.615	478.340	8.579.275
Infraestrutura Armazenagem	1.465.152	155.171	1.309.981
Equipamentos Portuários	822.914	37.356	785.558
Administração	3.216.213	331.715	2.884.498
Obras em Andamento	4.191.515	0	4.191.515
Outros ativos Intangíveis	88.189	16.865	71.324
TOTAL	22.004.114	1.282.643	20.721.471



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

12. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, demonstrados conforme abaixo:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores Nacionais	553.530,69	708.275,01
***Total	553.530,69	708.275,01

13. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Próprio – ISS a Recolher	125.501,16	134.830,55
Próprio – PIS a Recolher	12.807,17	31.367,70
Próprio – COFINS a Recolher	61.216,34	148.802,90
Próprio – IRPJ a Recolher	0,00	0,00
Próprio – CSLL a Recolher	0,00	0,00
Retidos – CSRF a Recolher	71.955,00	60.064,46
Retidos – IRRF a Recolher	18.507,10	14.184,09
Retidos – INSS a Recolher	178.752,92	135.899,29
Retidos – ISS a Recolher	155.194,17	68.050,99
***Total	623.933,86	593.199,98

14. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhista e previdenciárias, compreendendo:

- Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar.
- Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações.
- Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente.

Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações com Pessoal	803.858,52	655.298,83
Obrigações Previdenciárias	374.133,51	310.120,08
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	1.005.502,00	678.276,37
***Total	2.183.494,03	1.643.695,28



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

15. Outras Obrigações

Representam os valores correntes de garantias contratuais recebidas, assim como, resíduos de convênios com órgãos e entidades. Registra-se ainda estimativas de possíveis perdas, mensuradas com base no CPC 25 - Provisão de Passivos Contingentes. É segregado abaixo de forma detalhada:

Rubrica	31/12/2017	31/12/2016
Garantias Contratuais	136.684,80	136.684,80
Convênio Acesso Norte	16.017,32	46.862,02
Obrigações Perdas Trabalhistas Prováveis	28.584,25	0,00
***Total	181.286,37	183.546,82

16. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de Dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

17. Reservas para Destinação

O estatuto social da empresa em seu artigo 19 e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (Vinte e cinco por cento) de cada lucro líquido apurado nos exercícios. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria nas atividades do porto, mediante prévia autorização do poder delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos em conta especial de reservas. A reserva acumulada em R\$ 2.664.005,71 corresponde ao dividendo apurado no exercício de 2017, devidamente proposto pelo Conselho de administração desta companhia e pelo corpo diretivo.

17.1. Distribuição de Dividendos ao Acionista

No decorrer do ano de 2017 foram destinados valores ao acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.*, decorrentes do que prevê o Art. 19 do Convênio de Delegação nº 01/2012, conforme demonstra-se no quadro abaixo:

Dividendos Distribuídos	
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2016	R\$ 5.148.356,42
(+) Adição de 25% Lucro Ano 2017 Cfme Art. 19 Convênio Delegação 01/2012	R\$ 2.663.718,12
(-) Dividendos distribuídos ao Acionista único em 2017	(R\$ 5.148.356,42)
Saldo em Reservas para Destinação em 31.12.2017	R\$ 2.663.718,12



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

18. Reservas

Compreende a Reserva Legal, na qual representa R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e a Reserva de Lucros que compõe os valores acumulados de lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual no montante total de 52.678.099,88 (Cinquenta e dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

Rubrica	Exercício 2017	Exercício 2016
Reserva Legal	10.000,00	10.000,00
Reserva de Lucros	52.678.099,88	44.686.945,53
***Total	52.688.099,88	44.696.945,53

19. Receita Líquida

A companhia reconhece como receita, o valor recebido dos usuários da infraestrutura dos serviços portuários, deduzido os impostos incidentes sobre estas receitas, seguindo os critérios estabelecidos na nota explicativa 3.3.

Receita	Exercício 2017	Exercício 2016
Prestação de Serviços	52.309.685,78	70.058.291,79
Serviços de Armazenagem	2.140.863,79	2.319.861,17
Infraestrutura Marítima I	8.334.391,05	9.556.240,19
Infraestrutura Marítima II	6.282.359,84	6.330.073,09
Infraestrutura Terrestre	7.024.812,49	9.604.491,42
Arrendamento Fixo	5.889.144,92	5.149.010,25
Arrendamento Variável	11.144.985,05	7.996.289,05
Arrendamento Contratual Mínimo	9.375.784,53	26.228.771,57
Taxas Convencionais	1.318.258,00	1.325.419,93
Serviços de Fornecimento	799.086,11	1.548.135,12
(-) Impostos Sobre Serviços	(7.454.131,67)	(9.983.307,55)
(-) Imposto Sobre Serviço	(2.615.485,73)	(3.502.915,36)
(-) Pis Não Cumulativo	(863.109,87)	(1.155.962,08)
(-) Cofins Não Cumulativo	(3.975.536,07)	(5.324.430,11)

20. Custos dos Serviços Portuários

Os principais custos para prestação dos serviços portuários da companhia, estão apresentados a seguir:



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

Resumo dos Custos

Rubrica	Exercício 2017	Exercício 2016
Custo com Serviços de Dragagem	2.045.426,55	5.258.384,70
Custo com Serviços de Segurança Portuária	4.178.220,44	3.229.010,98
Custo com Serviços de Limpeza da Área Portuária	838.140,72	920.402,80
Consumo de Energia Elétrica	1.227.572,03	1.763.282,35
Manutenção e Reparos	2.301.561,73	956.176,02
Pessoal, Encargos e custos assistenciais	5.668.431,33	4.598.176,15
Custo com Serviços Ambientais	311.660,30	1.180.567,83
Custo com Serviços de Monitoramento Ambiental	619.029,28	0,00
Custo com Pesquisas e Estudos Técnicos	976.382,73	2.366.669,15
Outros Serviços de Terceiros	2.539.973,80	2.413.609,27
Amortizações e Depreciações	739.479,97	360.241,94
Outros Custos	729.709,99	757.979,39
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.303.841,28)	(1.438.062,82)
***Total	20.871.747,59	22.366.437,76

21.Despesas

As principais despesas registradas pela companhia, estão apresentadas a seguir:

Resumo das Despesas

Rubrica	Exercício 2017	Exercício 2016
Pessoal, Encargos e custos assistenciais	7.116.841,87	6.202.937,81
Serviços de Terceiros	1.580.043,93	1.997.351,19
Consumo de Materiais	406.274,72	323.001,19
Publicações e Propagandas	1.238.601,75	985.853,11
Doações Dedutíveis	201.000,00	324.000,00
Outras Despesas	859.881,90	553.507,22
Outras Receitas	(56.864,00)	(47,00)
***Total	11.345.780,17	10.386.603,52

22.Resultados Financeiros Líquidos

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme abaixo:

Rubrica	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas Financeiras	3.524.891,39	4.437.270,48
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.420.763,88	4.264.044,40
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(171.900,72)	(216.395,30)
Juros e Multas Recebidas	231.982,61	355.775,05
Outras Receitas Financeiras	44.045,62	33.846,33
Despesas Financeiras	(90.656,37)	(549.578,65)
Despesas Bancárias	(12.736,16)	(8.615,63)
Imposto Sobre Operações Financeiras	(73.819,94)	(112.190,92)
Outras Despesas Financeiras	(4.100,27)	(428.772,10)
***Total	3.434.235,02	3.887.691,83



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de renda e a contribuição social é apurado pela sistemática do lucro real, sendo a sua base de cálculo apurada, deduzindo as adições e exclusões no Livro de apuração do lucro real, bem como o valor devido de imposto de renda, já deduzido das doações e destinações legalmente possíveis.

Rubrica	Exercício 2017	Exercício 2016
Imposto de Renda	3.922.555,39	7.712.965,07
Contribuição Social	1.494.833,51	2.903.244,02
***Total	5.417.388,90	10.616.209,09

24. Gestão de Riscos Financeiros

24.1 Considerações Gerais e Políticas

A companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a sua capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

24.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho.

A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa.

Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

24.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

25. Outras informações relevantes

25.1 Demandas Jurídicas

a) Ações Trabalhistas: Os processos trabalhistas dos anos de 2014 e 2015 em sua maioria, dividem-se em dois tipos: pedidos de complementação de aposentadoria e responsabilização pela sucessão de empregadores. Os processos do primeiro tipo também se fundamentam na tese de sucessão de empregadores, são trabalhadores aposentados da antiga concessionária de serviço público, Companhia Docas de Imbituba requerendo, ao fim, a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. ao pagamento de complementação de aposentadoria. Os processos do segundo tipo referem-se a empregados que em um primeiro momento foram aproveitados pela administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A. para atender á necessidade temporária de excepcional interesse público (possibilidade de paralisação das atividades do porto de Imbituba), com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 260/2004. Estes requereram a reintegração dos empregos públicos e responsabilização pela sucessão dos empregadores, declarando-se a unicidade contratual com a empresa Companhia Docas de Imbituba. O posicionamento majoritário do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região favorece a tese de defesa da SCPAR Porto de Imbituba S.A., o fundamento é que a declaração de sucessão de empregadores encontra óbice no art. 37, II, 2º da Constituição Federal, Súmula nº 363 do Tribunal Superior do Trabalho e inaplicabilidade da Orientação Jurisprudencial nº 225, também do TST, bem com os artigos 10 e 448 da Consolidação das Leis do Trabalho. Todas as câmaras que compõem o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região tem entendimento semelhante. O processo mais expoente é o de número 45-60.2013.5.12.0043, que encontra-se em pendência de análise dos pressupostos de dois recursos pelo TST, Recurso Extraordinário para o STF e também Recurso de Embargos para a Seção de Dissídios do TST. Dadas as razões de decidir, entende o corpo jurídico da empresa que as possibilidades destes recursos serem providos é remota. Os processos trabalhistas do ano de 2016 se resumem em ações onde a empresa é parte somente para tentativa de responsabilização subsidiária, ou seja, tratam-se de empregados de empresas terceirizadas que acionam, juntamente com estas, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. para garantia de pagamento em caso de julgamento de acordo com os pedidos do processo. Dada a natureza de eventuais responsabilizações, as garantias da Lei de Licitações, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, temos que são remotas as possibilidades de prejuízos desta estatal. Para os processos trabalhistas do ano de 2017, temos que alguns litigam requerendo a sucessão trabalhista, assemelhando-se aos processos de 2014 e 2015, em outros são partes ex empregados de empresas terceirizadas, assemelhando-se aos processos de 2016 e outros temos atuais empregados e um ex empregado da SCPAR Porto de Imbituba S.A. O processo (Pje) 0000906-07.2017.5.12.0043, cujo pedido é o pagamento dos depósitos do FGTS de um empregado em comissão da empresa, foi recentemente sentenciado em favor do autor e, com base na fundamentação da sentença, bem como no posicionamento vinculante dos Tribunais Superiores acerca da matéria, será de difícil reforma. Assim, entendemos que é provável a manutenção da decisão e a consequente condenação no pedido de R\$ 28.584,25 (Vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

Neste processo já há depósito recursal de R\$ 9.189,00 (Nove mil, cento e oitenta e nove reais), valor este que será abatido da condenação quando do trânsito em julgado. O processo (PJe) 0000192-47.2017.5.12.0043, cujo pedido é o pagamento do piso salarial à categoria dos engenheiros, com base na Lei Federal nº 4.950-A/1966, foi recentemente julgado, em sede de Recurso Ordinário, pelo TRT da 12ª Região de maneira favorável à empresa. Desta decisão cabe Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho, sendo que em caso de condenação, a estimativa beira o montante de 1,5 Milhões referente aos valores retroativos. O processo (PJe) 0000615-07.2017.5.12.0043, cujo pedido é a aplicação da jornada especial aos advogados da empresa com base no art. 20 da Lei Federal nº 8.906/94, foi recentemente sentenciado favoravelmente a empresa e encontra-se pendente de julgamento de embargos de declaração pela juíza de primeiro grau, desta forma, tendo a sentença sido favorável à empresa, o conceito deste processo, no momento, permanece possível, entretanto, em caso de não lograr êxito a empresa, a condenação pode chegar a R\$ 800 Mil Reais. O processo (PJe), cujo pedido é a equiparação salarial com um paradigma da acionista única SC Participações e Parcerias S.A., com fundamento no art. 461 da CLT e Súmula nº 6 do TST pendente de julgamento em primeiro grau, sendo indeterminado o resultado deste processo, considerando desta forma possível, com montante financeiro estimado em R\$ 700 Mil Reais.

As demais ações trabalhistas, não devem gerar passivos financeiros, pois são ações trabalhistas que visam a responsabilização subsidiária da SCPAr Porto de Imbituba S.A., sendo restritos os casos trazidos pela Súmula 331 do TST. Os processos contra a empresa, em princípio, carecem de fundamentos de fato e de direito para responsabilizá-la.

b) Da ação de consignação em pagamento ajuizada pela Santos Brasil Participações S.A:

A consignante depositou em juízo a integralidade dos valores devidos ao Porto. Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAr Porto de Imbituba S.A. da integralidade do valor consignado, atualmente cerca de R\$ 23.000.000,00 (Vinte e Três Milhões de reais). O processo fora remetido para a Justiça Comum Estadual, face a declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do polo passivo por inexistência de seu interesse no feito, atualmente o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitado na 3ª Vara Cível da capital de Florianópolis. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio a serem destinadas a SCPAr Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Por outro lado, a declaração judicial de que a SCPAr Porto de Imbituba S.A. não é a titular do crédito não gerará ônus financeiro à empresa.

c) Ações de Dano Moral: São quatro ações individuais ajuizadas em face da SCPAr Porto de Imbituba S.A. (0301181-39.2014.8.24.0030, 0301182-24.2014.8.24.0030, 0301183-09.2014.8.24.0030, 0301184-91.2014.8.24.0030) em que se pleiteia indenização por dano moral decorrente da poluição supostamente gerada por operações portuárias relativas a movimentação de coque. Não há valor da condenação estimado, uma vez que se requereu o arbitramento do montante pelo juiz da causa. Há de se destacar que os processos possuem falha técnica já sinalizada pelo juiz titular, qual seja, a falta de individualização do dano, ou seja, não se pode pleitear direito alheio, direito difuso ou direito coletivo. Assim, há a possibilidade de extinção dos processos sem julgamento de mérito por ilegitimidade ativa dos demandantes. Ao fim, há ainda a possibilidade de perda dos processos, face a variedade de



SCPar Porto de Imbituba S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

(Em Reais)

decisões e a inexistência de tese fixada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina ou do Superior Tribunal de Justiça.

Em caso de condenação acreditamos que os valores de cada processo não ultrapassem R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), projetando-se a média de valores arbitrados a título de danos morais pelo TJSC, custas e honorários sucumbenciais.

d) Reequilíbrio Econômico Financeiro TECON: A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil sob nº processo 00045.002955/2016-51, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPar Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Importante frisar que em caso de deferindo de tal pedido, o mesmo impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. No decorrer do ano de 2017 foi realizado acordo extrajudicial para postergação do pagamento do MMC do período de 11 de Abril de 2016 a 11 de Abril de 2017 no total de R\$ 28.750.976,13, sendo que deste valor, a companhia recebeu somente R\$ 9.000.000,00, já o saldo remanescente somente será discutido futuramente, quando do vencimento da próxima Movimentação Mínima Contratual, podendo ser recebido pela SCPar Porto de Imbituba S.A. no decorrer do ano de 2018. Há de se ressaltar que caso a SCPar Porto de Imbituba S.A. obtenha decisão desfavorável, esta pode buscar outras esferas judiciais para manter os valores contratuais até então pactuados, sendo que o não pagamento da referida indenização, atualmente algo em torno de 28 Milhões de reais anuais irá impactar seriamente nas finanças desta estatal.

e) Imunidade Tributária: Foi protocolado, através da ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no qual, a SCPar Porto de Imbituba ajuizou ação declaratória em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS. Conforme Sentença, houve a concessão em primeiro grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, da decisão pende de análise do Recurso de Apelação da União pelo TRF4. Já a SCPar Porto de Imbituba S.A. concentrará esforços na busca da imunidade dos demais tributos federais.

f) Demais Ações: As demais ações qualificadas como de perda possível se resumem: 5000017-86.2017.4.04.7216 - Contrato de Arrendamento onde requer a arrendatária CRB Operações a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de multa por não cumprimento da movimentação mínima contratual. A sentença foi procedente em primeiro grau estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Diante do exposto em sentença (desfavorável á SCPar Porto de Imbituba S.A.), entendemos ser possível a manutenção daquela decisão. O valor da causa é de R\$ 77.032,35 (Setenta e sete mil e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos).



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

25.2 Contabilidade Regulatória ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. As autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual.

25.3 Política de Distribuição de Dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

25.3 Política de Transações com Partes Relacionadas

25.3 Cobertura de Seguros

Responsabilidade Civil: A companhia possui, por força do contrato de concessão, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora AIG Seguros do Brasil S.A. A vigência deste seguro compreende o período de 06/08/2017 a 06/08/2018, tendo assegurado as coberturas para Responsabilidade Civil (cobertura ampla) até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) com franquia de até 10% (Dez por cento) dos prejuízos registrados.

Seguro Patrimonial: A companhia possui seguro patrimonial de toda a frota veicular existente. Em relação aos demais bens existentes sobre administração da autoridade portuária, até o presente momento não há seguro contratado, devido a necessidade de inventariar e formalizar a cessão de uso dos bens pelo poder delegante a SCPar Porto de Imbituba S.A., já comunicados a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e aguardando a realização do termo conforme definido na cláusula quinta do Convênio de Delegação nº 01/2012.



SCPar Porto de Imbituba S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras
(Em Reais)

24.3 Eventos Subsequentes

A companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 01 de Fevereiro de 2017.

Luis Rogério Pupo Gonçalves
Diretor Presidente
CPF: 079.023.648-60

Márcio de Sousa Rosa
Diretor
CPF: 145.307.919-04

Marcelo Vargas Schlichting
Diretor
CPF: 764.604.799-68

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75